

A opção pelo Ensino Médio Integrado: o caso dos alunos de um campus agrícola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

Hellen Vivian Moreira dos Anjos¹

Remi Castioni²

Fernando Barreto Rodrigues³

RESUMO

Este artigo analisa a opção dos alunos de um campus agrícola do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais pelo Ensino Médio Integrado (EMI). A instituição está localizada na Mesorregião Norte de Minas Gerais. A coleta de dados contou com a realização de um grupo focal com oito estudantes do EMI e a aplicação de questionários estruturados a trezentos e sessenta e três alunos desta modalidade de ensino. Constituíram-se como elementos chave deste estudo as seguintes questões: por que os estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio dessa instituição optaram por esta modalidade de ensino? O EMI no campus em questão contempla as necessidades dos jovens para o ingresso no Mundo do Trabalho? Qual o traçado dos perfis desse grupo de indivíduos? Quais são as conexões de seus perfis com os itinerários de sua transição escola-trabalho-universidade? As etapas desta pesquisa (grupo focal e questionário estruturado), aliadas ao referencial teórico, foram essenciais na compreensão do que desejam

¹ Mestra em Educação com ênfase em Políticas Públicas e Gestão da Educação Profissional e Tecnológica. Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3070-6210>. E-mail: hellen.anjos@ifnmg.edu.br

² Doutor em Educação. Professor da Universidade de Brasília (UnB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5459-3492>. E-mail: remi@unb.br

³ Doutor em Zootecnia. Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais (IFNMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1754-0447>. E-mail: fernando.barreto@ifnmg.edu.br

esses sujeitos e quais são as representações que constroem da instituição e dos cursos.

Palavras-chave: ensino médio integrado; escolhas; juventude.

The option for Integrated Secondary Education: the case of students from an agricultural campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology from the North of Minas Gerais

ABSTRACT

This article analyzes the option of students from an agricultural campus of the Federal Institute of Education, Science and Technology from the North of Minas Gerais for Integrated Secondary Education (EMI). The institution is located in the North Mesoregion of Minas Gerais. Data collection included the realization of a focus group with eight EMI students and the application of structured questionnaires to three hundred and sixty-three students from this type of education. The following questions were constituted as key elements of this study: why did students from Technical Courses Integrated to High School at this institution choose this type of education? Does the EMI on the campus in question address the needs of young people to enter the World of Work? What is the outline of the profiles of this group of individuals? What are the connections between their profiles and the itineraries of their school-work-university transition? The stages of this research (focus group and structured questionnaire), combined with the theoretical framework, were essential to understand what those subjects want and which representations they build about the institution and the courses.

Keywords: integrated secondary education; choices; youth.

La opción por la Enseñanza Secundaria Integrada: el caso de los alumnos de un campus agrícola del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais

RESUMEN

Este artículo analiza la opción de los alumnos de un campus agrícola del Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais por la Enseñanza Secundaria Integrada (ESI). La institución está ubicada en la región norte del Estado de Minas Gerais. La recolección de datos contó con la realización de un grupo focal con ocho estudiantes de ESI y la aplicación de encuestas estructuradas a treientos sesenta y tres alumnos de esta modalidad de enseñanza. Se han constituido como elementos clave de este estudio las siguientes cuestiones: por que los estudiantes de los cursos Técnicos Integrados a la Secundaria han optado por esa modalidad de enseñanza? La ESI en el campus en cuestión contempla las necesidades de los jóvenes respecto al ingreso en el Mundo del Trabajo? Cuál es el diseño de los perfiles de ese grupo de individuos? Cuáles son las conexiones de sus perfiles con los itinerarios de su transición escuela-trabajo-universidad? Las etapas de esta pesquisa (grupo focal y encuesta estructurada), aliadas al referencial teórico, han sido esenciales para la comprensión de lo que desean esos sujetos y cuáles son las representaciones que construyen de la institución y de los cursos.

Palabras clave: enseñanza secundaria integrada; elecciones; juventud.

INTRODUÇÃO

Os anos 2000 apresentam-se na história da educação brasileira como a década de expectativas em relação a uma mudança estrutural na sociedade no que diz respeito à Educação Profissional.

Kuenzer (2009) destaca que a história do Ensino Médio no Brasil é a história do enfrentamento da ambiguidade de uma etapa de ensino que oscila entre as finalidades de promover a educação

geral e a educação profissional, ora separadas, ora articuladas, ao sabor das políticas públicas de cada período. Para Frigotto (2005), um balanço da escola pública brasileira, em todos os níveis, no início do século XXI, revela-nos o retrato constrangedor de uma dívida quantitativa e qualitativa com a nossa educação. Todavia, segundo ele, é no Ensino Médio que esta dívida se explicita de forma mais perversa, a qual se constitui numa forte mediação na negação da cidadania efetiva à grande maioria dos jovens brasileiros. As mudanças por que passa a Educação Profissional no país se inserem nesse contexto. Justamente por isso, nas últimas três décadas, esta modalidade de ensino tem gerado muitas reflexões por parte de cientistas de diversas áreas das Ciências Humanas, especialmente da área de Educação, o que tem fomentado uma significativa produção intelectual que aponta para um debate bastante promissor e que traz à tona questões muito pertinentes para a sociedade contemporânea.

No início dos anos 2000 percebe-se uma luta entre sociedade e governo no sentido de revogar o decreto conservador n. 2.208, de 17 abril de 1997, que proibia que o Ensino Médio propiciasse também uma formação técnica na modalidade integrada. Desde a promulgação da última Lei de Diretrizes Bases (LDB) em 1996 até o ano de 2004, houve uma mobilização pela revogação do supracitado decreto apontando para a necessidade da construção de uma nova regulamentação que retomasse a ideia de Educação Técnica de Nível Médio Integrada à Educação Profissional. E é nesse contexto de lutas políticas que foi promulgado o novo decreto que regulamentaria a Educação Profissional Técnica de Nível Médio no Brasil, o n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Este, por sua vez, prevê a oferta do Ensino Médio Integrado, entretanto permite, ainda, a oferta, a cargo da instituição de ensino, das modalidades concomitante e subsequente. Para muitos estudiosos, o referido decreto não traz modificações estruturais efetivas na organização desta etapa da Educação Básica.

A análise dos documentos que regulam o Ensino Médio Integrado (EMI) no Brasil evidencia a falta de compromisso com uma proposta de Ensino Médio verdadeiramente integrado à Educação Profissional, o que pode ser notado no Decreto n. 5.154/04 que muito pouco avançou em relação ao decreto anterior, o n. 2.208/97. O que se pode notar é que a legislação furta-se do compromisso com os

princípios e finalidades educacionais que prezam pela formação humana integral, a partir dos conceitos de omnilateralidade, politecnicidade e o trabalho como um princípio educativo fundamental.

O levantamento bibliográfico para essa investigação fez-se de suma importância no sentido de elucidar a compreensão de uma realidade tão diversa que é a de jovens que se diferenciam através de grupos sociais formados pela clássica dicotomia de classes. Essa dualidade social acaba por instaurar no âmbito da escola uma outra dualidade, qual seja, a separação entre a formação propedêutica e a profissionalizante. Para o alargamento dessa compreensão, a travessia pela dimensão histórica do EMI no Brasil foi fundamental, assim como o entendimento das suas concepções, princípios e finalidades. A discussão das categorias juventude, trabalho e educação também se fez imprescindível para o embasamento desta temática, pois tem exigido a cada dia uma maior atenção política e acadêmica, constituindo-se em rico objeto de estudo.

Pretendeu-se, desta maneira, com esta pesquisa, discutir como se dá, de fato, essa política educacional no interior da instituição ofertante, com ênfase nas concepções dos estudantes sobre Ensino Médio Integrado e suas expectativas acadêmicas e/ou laborais. Como forma de se aproximar do objeto em estudo, foi tomado como *locus* de pesquisa um *campus* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Norte de Minas Gerais que oferece esta modalidade de ensino desde o ano de 2007. Neste trabalho, os sujeitos que acessam o Ensino Médio Integrado foram tomados como objeto central de análise e objetivou-se, principalmente, analisar os motivos que levaram esses estudantes a optarem por cursos dessa natureza. Desejou-se, ainda, identificar qual(is) o(s) papel(éis) que os estudantes atribuem a esta modalidade de ensino; compreender quais as suas expectativas em relação a sua inserção no mundo do trabalho e/ou à continuidade dos seus estudos, além de traçar o perfil desses indivíduos.

Algumas questões vêm à tona quando se trata da oferta do Ensino Médio Integrado. O que realmente almejam e quais os dilemas de um jovem que opta por cursos dessa natureza? O nosso empenho, nesse sentido, foi analisar se as características dessa modalidade de educação influenciaram na escolha do estudante pelo curso e, uma

vez feita a escolha, quais as expectativas desses sujeitos em relação à conclusão de seus estudos. Conhecer o que querem os sujeitos que buscam por esses cursos, observando a relação que se estabelece entre o ensino ofertado e a profissionalização ou prosseguimento dos seus estudos, bem como quais as possíveis contribuições desta oferta para o futuro egresso também foram questões que compuseram a investigação.

Apresentaram-se, ainda, como relevantes, as seguintes questões: por que os estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio dessa instituição optaram por esta modalidade de ensino? O EMI no *campus* em questão contempla as necessidades dos jovens para o ingresso no Mundo do Trabalho? Qual o traçado dos perfis desse grupo de indivíduos? Quais são as conexões de seus perfis com os itinerários de sua transição escola-trabalho-universidade?

Para isso, a compreensão do que querem os sujeitos que se beneficiam dessa política pública fez-se imprescindível para que fossem abandonadas visões superficiais de educação profissional e técnica.

CONCEPÇÕES DE ENSINO MÉDIO INTEGRADO

As concepções que sustentam o conceito de integração entre a educação geral e a educação profissional devem ser buscadas e compreendidas no contexto das lutas proletárias do século XIX contra as inúmeras formas de exploração desses sujeitos e nas críticas à concepção burguesa de educação.

Teóricos como Karl Marx e Friedrich Engels desenvolveram críticas acerca da questão da alienação a partir da formulação do método do Materialismo Histórico que é essencialmente baseado no conceito de “consciência de classe” surgindo com o proletariado da revolução industrial. Para Marx (1979), sem proletariado não há consciência de classe e o protagonista da história, o verdadeiro e único sujeito da história é a consciência de classe. Nesse sentido, a partir do momento em que o trabalhador adquire consciência de si enquanto classe, vê-se responsável por transformar a sociedade capitalista em sociedade sem classes.

Nessa mesma direção, Gramsci (1986), ao fazer uma releitura das obras marxistas e delas se aproximar, defende que a cultura do povo é um dos instrumentos da práxis sociopolítica, sendo ela uma das vias que pode vir a propiciar às massas uma consciência verdadeiramente criadora de uma outra ordem hegemônica. Isto nos remete a pensar que a hegemonia, como bem colocam Castro e Rios (2007), enquanto direção moral e intelectual, não se faz apenas na estrutura econômico-política da sociedade, faz-se também no campo das ideias e da cultura, na capacidade de uma classe específica criar o consenso e de formar uma base social concreta, ou seja, nas formas de pensar e construir estratégias de acordo com orientações ideológicas. Somente o povo, provido de cultura, é capaz de fazer a contrarrevolução necessária à sua emancipação. Ainda amparados nas ideias dos sobreditos autores, mesmo não sendo este o fim para Gramsci, a criação de uma sólida base social permitiria que as pessoas tivessem acesso àquilo que, historicamente, sempre lhes foi negado, o conhecimento construído coletivamente e que, numa sociedade capitalista, foi transformado em propriedade privada. É com este conteúdo dialético que Gramsci compreende o conhecimento; não como um tipo ideal, mas como parte de um processo político de construção de uma outra hegemonia ou de uma contra-hegemonia.

As críticas de Marx estenderam-se até ao ensino profissional universal proposto pela burguesia que “[...] consistia em adestrar o operário em tantos ramos de trabalho quanto possível, para fazer frente à introdução de novas máquinas ou à mudança na divisão do trabalho” (MANACORDA, 1990 apud FERNANDES, 2012, p. 94-95).

Para Marx, era necessário abolir o sistema educativo e a divisão do trabalho que produzem a hipertrofia e a atrofia em ambos os polos da sociedade, ainda que em sentido oposto. Se por um lado, uns sofrem por excesso de uma formação intelectual e abstrata, por outro lado, outros desfalecem sob o peso de um trabalho mecânico e embrutecedoramente físico (SUCHODOLSKI, 1978 apud CARDOZO, 2013). E é no sentido de um melhor entendimento desta clássica dicotomia educacional, que se expressa através da dualidade de oportunidades segundo as classes sociais, que se pretende discutir as concepções de Ensino Médio Integrado no Brasil.

Da análise levada até então a efeito emerge a linha a ser seguida baseada nas ideias de Kuenzer (2009) na definição de uma concepção de Ensino Médio que permita avançar na direção da construção possível da escola unitária universalizada, considerando as condições concretas historicamente dadas.

A forma integrada de oferta do Ensino Médio com a Educação Profissional obedece, de acordo Ramos (2007), a algumas diretrizes ético-políticas, a saber: integração de conhecimentos gerais e específicos; construção do conhecimento pela mediação do trabalho, da ciência e da cultura; utopia de superar a dominação dos trabalhadores e construir a emancipação – formação de dirigentes. Sob esses princípios, é importante compreender que o Ensino Médio é a etapa da Educação Básica em que a relação entre ciência e práticas produtivas se evidencia; e é a etapa biopsicológica e social de seus estudantes em que ocorre o planejamento e a necessidade de inserção no mundo do trabalho, no mundo adulto. Disto decorre o compromisso com a necessidade de os jovens e adultos terem a formação profissional mediada pelo conhecimento.

Para o alargamento da compreensão dessa nova escola, unitária e politécnica por natureza, faz-se imperioso considerar os conceitos que são inerentes a uma perspectiva integrada de educação.

Para Kuenzer (2005), um primeiro conceito é a politecnia, que significa o domínio intelectual da técnica e a possibilidade de exercer trabalhos flexíveis, recompondo as tarefas de forma criativa; supõe a superação de um conhecimento meramente empírico e de formação apenas técnica, através de formas de pensamento mais abstratas, de crítica, de criação, exigindo autonomia intelectual e ética. Ou seja, para a autora é mais que a soma de partes fragmentadas; supõe uma rearticulação do conhecido, ultrapassando a aparência dos fenômenos para compreender as relações mais íntimas, a organização peculiar das partes, descortinando novas percepções que passam a configurar uma compreensão nova, e superior, da totalidade, que não estava dada no ponto de partida. A politecnia cria a possibilidade de construção do novo, permitindo aproximações sucessivas da verdade, que nunca se dá a conhecer plenamente; por isto, o conhecimento resulta do processo de construção da

totalidade, que nunca se encerra, pois há sempre algo novo para conhecer. Nesta concepção, evidencia-se que conhecer a totalidade não é dominar todos os fatos, mas as relações entre eles, sempre reconstruídas no movimento da história (KUENZER, 2005).

Ramos (2007) entende a politecnicidade como uma educação que possibilita a compreensão dos princípios científico-tecnológicos e históricos da produção moderna, de modo a orientar os estudantes à realização de múltiplas escolhas.

O trabalho como princípio educativo, conceito também ligado à integração, para Ramos (2007) no seu sentido ontológico, como processo inerente da formação e da realização humana, não é somente a prática econômica de se ganhar a vida vendendo a força de trabalho; antes de o trabalho ser isto – forma específica que se configura na sociedade capitalista – o trabalho é a ação humana de interação com a realidade para a satisfação de necessidades e produção de liberdade. Nesse sentido, trabalho não é emprego, não é ação econômica específica. Trabalho é produção, criação, realização humana. Compreender o trabalho nessa perspectiva é compreender a história da humanidade, as suas lutas e conquistas mediadas pelo conhecimento humano. Para a autora, compreender a relação indissociável entre trabalho, ciência e cultura significa compreender o trabalho como princípio educativo, o que não se confunde com o “aprender fazendo”, nem é sinônimo de formar para o exercício do trabalho. Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.

A LDB, em seu artigo 35, inciso IV, ao propor a formação tecnológica básica como eixo do currículo, aponta a síntese entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar e tratar metodologicamente os conteúdos (KUENZER, 2009). Essa concepção, para Kuenzer (2009), é correta por tomar o conceito de trabalho como práxis humana, ou seja, o conjunto de ações, materiais, espirituais, que o homem, enquanto indivíduo e humanidade, desenvolve para transformar a natureza, a

sociedade, os outros homens e a si próprio com a finalidade de produzir as condições necessárias à sua existência. Desse ponto de vista, toda e qualquer educação sempre será educação para o trabalho.

Conforme Ramos (2007), do ponto de vista da política nacional, hoje temos dispositivos legais sobre como construir uma formação integrada no Ensino Médio com a educação profissional. Antes, porém, é preciso reconhecer que, de forma singular para as classes trabalhadoras, o direito ao trabalho na sua perspectiva econômica configura a profissionalização dos jovens como uma necessidade. E continua, ancorada nas ideias de Simões (2007), defendendo que o Ensino Técnico, articulado com o Ensino Médio, preferencialmente integrado, representa para a juventude uma possibilidade que não só colabora na sua questão da sobrevivência econômica e inserção social, como também uma proposta educacional que, na integração de campos do saber, se torna fundamental para os jovens na perspectiva de seu desenvolvimento pessoal e na transformação da realidade social em que está inserido. A relação e integração da teoria e prática, do trabalho manual e intelectual, da cultura técnica e cultura geral, interiorização e objetivação vão representar um avanço conceitual e a materialização de uma proposta pedagógica avançada em direção à politecnia como configuração da educação média de uma sociedade pós-capitalista.

Outro conceito inerente à integração é o da práxis. Kuenzer (2005) infere que a escola constituiu-se historicamente como uma das formas de materialização da divisão capitalista do trabalho entre indivíduos distintos, ou seja, como o espaço por excelência do acesso ao saber teórico, divorciado da práxis, representação abstrata feita pelo pensamento humano, e que corresponde a uma forma peculiar de sistematização, elaborada a partir da cultura de uma classe social. E, não por coincidência, é a classe que detém o poder material que possui também os instrumentos materiais para a elaboração do conhecimento (MARX; ENGELS, 1979.) Assim a escola, fruto da prática fragmentada, expressa e reproduz esta fragmentação, através de seus conteúdos, métodos e formas de organização e gestão. Nesse sentido, a práxis educativa, que é a síntese da teoria e prática, vê-se esvaziada pela lógica da polarização das competências. É prática, por

ser capaz de transformar a natureza, orientando a ação humana, e teórica, na medida em que esta ação é consciente.

A formação omnilateral também está ligada à integração por expressar, de acordo com Ramos (2007), uma concepção de formação humana, com base na integração de todas as dimensões da vida no processo formativo. Este sentido da integração ainda não considera a forma ou se a formação é geral ou profissionalizante. Também pode orientar tanto a educação básica quanto a educação superior. A integração, neste sentido, possibilita a formação omnilateral dos sujeitos, pois implica a integração das dimensões fundamentais da vida que estruturam a prática social. Essas dimensões são o trabalho, a ciência e a cultura. O trabalho compreendido como realização humana inerente ao ser (sentido ontológico) e como prática econômica (sentido histórico associado ao respectivo modo de produção); a ciência compreendida como os conhecimentos produzidos pela humanidade que possibilita o contraditório avanço produtivo; e a cultura, que corresponde aos valores éticos e estéticos que orientam as normas de conduta de uma sociedade.

Para que se entenda como está ocorrendo a integração da Educação Profissional ao Ensino Médio a partir dessas concepções é preciso chegar ao chão da escola com a compreensão de que as categorias que norteiam a integração, sejam a politecnia, o trabalho como princípio educativo; a formação omnilateral; o trabalho; a ciência e a cultura, estejam expressas no trabalho pedagógico de cada professor, não no trabalho fragmentado das disciplinas que não dialogam entre si, mas pelo diálogo entre elas na construção de uma nova forma, que supere a sobreposição de conhecimentos expressos nos conteúdos.

O Ensino Médio, desta maneira, precisa formar amplamente o ser humano a fim de fazê-lo verdadeiramente integrado à sociedade. Fazer parte desta sociedade com dignidade significa encontrar o caminho da realização. Por isso, urge a necessidade de se encontrar uma identidade para esta modalidade de ensino, o que poderia apontar importantes indícios para a construção de um ensino forte capaz de responder efetivamente às demandas concretas da juventude.

Para isso, a escola pública de Ensino Médio deverá ser, segundo Kuenzer (2009), efetivamente democrática e expressar isso em seu projeto pedagógico que, sem pretender ingenuamente ser compensatório, propicie as necessárias mediações para que os menos favorecidos estejam em condições de identificar, compreender e buscar suprir, ao longo de sua vida, suas necessidades com relação à participação na produção científica, tecnológica e cultural. É essa nova concepção que permitirá superar a profissionalização estreita, restrita à apropriação de modos de fazer para uma parcela da população condenada *a priori* à pobreza cultural, tida como irremediável em face da pobreza econômica, para a qual, em princípio, qualquer esforço pedagógico será inútil. Ao contrário, a escola média compreenderá que os culturalmente diferentes, porquanto desiguais com relação à propriedade, desde cedo se relacionam com o trabalho, a partir do que elaboram sua própria cultura e produzem saber, no transcurso das relações sociais e produtivas das quais participam; e que essas experiências circunscritas à origem de classe resultarão em limitações com relação à apropriação da ciência oficial e da cultura dominante. A escola média, então, deverá ser capaz de, articulando trabalho, ciência e cultura, exercer a sua função universalizadora, através de um projeto político-pedagógico que permita o enfrentamento dessas limitações (KUENZER, 2009).

Uma escola dessa natureza para Ramos (2007) precisa ser politécnica, isto é, uma educação que, ao propiciar aos sujeitos o acesso aos conhecimentos e à cultura construídos pela humanidade, propicie a realização de escolhas e a construção de caminhos para a produção da vida. Esse caminho é o trabalho. O trabalho no seu sentido mais amplo, como realização e produção humana, mas também o trabalho como práxis econômica. Com isso, são apresentados os dois pilares conceituais de uma educação integrada: um tipo de escola que não seja dual, ao contrário, seja unitária, garantindo a todos o direito ao conhecimento; e uma educação politécnica, que possibilite o acesso à cultura, à ciência, ao trabalho, por meio de uma educação básica e profissional.

Ramos (2007) depreende que os estudos sobre a formação integrada evidenciam as dificuldades, mas não a impossibilidade de

sua implantação, desde que apoiados por um projeto firme e coerente para sua realização, que supõe: a superação da mentalidade conservadora dos padrões pedagógicos vigentes, assim como de posições políticas adversas ao discurso da formação integrada e da educação emancipatória que tenha base na crítica à sociedade de mercado; gestão e participação democrática nas instituições educacionais; estudo e qualificação conceitual e prática dos professores; envolvimento do quadro docente permanente e transformação dos vínculos precários de trabalho para proporcionar a todos os professores condições materiais (instalações, laboratórios etc.) e condições dignas de trabalho, salariais, de carreira e compromisso com as instituições.

CARACTERIZAÇÃO DO TIPO DE PESQUISA: a abordagem metodológica

A pesquisa caracterizou-se como sendo de dupla abordagem: qualitativa e quantitativa, na qual foram utilizados, como métodos de coletas de dados, a composição de um grupo focal com oito participantes e a aplicação de questionários estruturados à população total de estudantes dos cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio na instituição.

Diante das características da pesquisa pretendida, optou-se por dividi-la, inicialmente, em duas fases:

- Fase I: realização de um grupo focal com estudantes do EMI com o objetivo de aprofundar as questões de pesquisa e visando contribuir para o aprofundamento das questões do questionário estruturado;
- Fase II: aplicação de questionários estruturados a trezentos e sessenta e três estudantes que cursam o EMI no campus com o objetivo de conhecer melhor a realidade do campo.

O universo da população foi formado por todos os alunos matriculados nas três séries dos três Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio: Agroindústria, Agropecuária e Informática.

Para o grupo focal foram selecionados oito estudantes do EMI, sendo: quatro do sexo feminino e quatro do sexo masculino (que assim se autodeclararam), englobando estudantes da primeira, segunda e terceira séries.

Para responder ao questionário estruturado, considerou-se a população total de estudantes dos Cursos Integrados no *campus*.

Dadas as características da pesquisa quantitativa, como a facilidade de tabulação de dados a partir do programa *LimeSurvey*, optou-se por envolver todos os estudantes nesta fase da pesquisa.

A COLETA DE DADOS

O grupo focal

Esta etapa da pesquisa foi realizada a partir de um roteiro com questões que se dividiram em quatro partes: perfil do estudante; motivos de entrada no curso; experiências com o EMI e perspectivas após a conclusão do curso. Na primeira parte, perfil dos estudantes, levantou-se: nome, idade, curso, série, trajetos anteriores de escolarização e cidade de origem. Na segunda parte, motivos de entrada, abordou-se como se deu a opção pelo curso e os tipos de influências que os estudantes tiveram para iniciá-lo na instituição. A terceira parte, experiências com o EMI, subdividiu-se em atendimento de expectativas anteriores à entrada no EMI; pontos positivos e negativos do curso e/ou da instituição que, por sua vez, se subdividiu em estrutura física e recursos materiais, atuação docente, ciência e tecnologia, experiências com o internato e o impacto da instituição na região e os Arranjos Produtivos Locais e Arranjos Produtivos Regionais; dificuldades encontradas no curso, diferenças entre as aulas e professores da formação geral e específica. Importante ressaltar que o tópico "experiências com o internato" só surgiu como ponto importante de análise no desenrolar da conversa, quando a pesquisadora percebeu a importância que os estudantes conferiam ao internato como forma de mantê-los no curso. A quarta e última parte diz respeito às perspectivas desses estudantes após a conclusão do curso. Para isso, foram selecionados como tópicos "a opção

imediate pelo mundo do trabalho" e/ou a "opção imediata pela continuidade dos estudos".

O questionário estruturado

Os questionários foram aplicados no laboratório de informática da instituição através do programa *LimeSurvey* aos sujeitos participantes da pesquisa, sem nenhum tipo de interferência em suas respostas.

O questionário estruturado foi composto de vinte e seis questões que visaram revelar alguns dos perfis centrais que mostraram os percursos desta população e suas expectativas em relação ao futuro. O questionário apresentou, inicialmente, questões que versaram sobre as informações gerais dos alunos e, posteriormente, foi subdividido em seis partes: perfil e renda familiar, trajetórias anteriores de escolarização, motivos de escolha pelo Ensino Médio Integrado, avaliação da instituição e curso, empregabilidade e perspectivas após a conclusão do curso.

Os questionários foram respondidos por trezentos e sessenta e três estudantes, ou seja, a população do EMI que estava presente no *campus* nos dias da pesquisa, em seus três cursos e três séries distintas.

A partir dos dados coletados foi possível levantar o perfil dos estudantes do EMI na instituição, além das suas impressões acerca do curso e da instituição, bem como suas expectativas em relação à conclusão dos seus estudos.

Esses dados foram imprescindíveis para que fossem alargadas as visões acerca desses sujeitos e para conduzir pesquisas institucionais que atendam a esta população em suas necessidades, de acordo com suas características.

CARACTERIZANDO A INSTITUIÇÃO E O PÚBLICO ATENDIDO PELO EMI

A partir das etapas da pesquisa, pode-se traçar um perfil geral dos estudantes do EMI no *campus* pesquisado, além de conhecer

suas concepções sobre a instituição e curso, seus trajetos anteriores de escolarização, suas experiências estudantis e laborais e suas perspectivas para o futuro. Procurou-se, ainda, entender se o EMI na instituição tem cumprido o seu papel de formar amplamente os seus estudantes, assim como preconiza a sua concepção.

Os sujeitos pesquisados têm idades que variam de 14 a 19 anos e, em sua grande maioria, não apresentam defasagem idade/série. Os resultados mostram que, quanto à cor/raça dos estudantes, a maioria é parda. Quanto ao estado civil, 99% são solteiros, não possuem filhos e apenas estudam. Em relação ao sexo, pode-se perceber que as mulheres ocupam quase a metade das vagas dos cursos integrados, o que nega a máxima durante muito tempo defendida de que as instituições que ofertam educação profissional, especialmente as de vocação agrícola, abrigam, quase que exclusivamente, estudantes do sexo masculino.

O curso técnico em agropecuária, mesmo com sua tradição, não abriga mais a grande maioria dos estudantes, o que demonstra o espectro de novas possibilidades de formação técnica que são percebidas e valoradas pelos sujeitos.

Os estudantes são, em sua grande maioria, oriundos de famílias de baixa renda, apresentando renda total familiar de até dois salários-mínimos. Dos 363 estudantes participantes da pesquisa, 228 enquadram-se nesta categoria familiar. Isso demonstra que o público que frequenta a instituição de ensino em questão é oriundo de famílias de baixa renda. Desses 228 estudantes com renda de até dois salários, 179 não se beneficiam de nenhuma política de transferência de renda, ou seja, 64,39% da população pesquisada. Esses números podem sugerir que os benefícios governamentais não estão atingindo plenamente a população que deles necessita. Kuenzer (2009) acredita que as finalidades postas para o EMI pela LDB somente serão possíveis de concretização quando esta modalidade de ensino estiver plenamente democratizada, oferecendo a todos educação profissional de qualidade, especialmente para aqueles cujas condições concretas de existência não estão dadas de antemão.

Considerando os três cursos integrados oferecidos pela instituição, Agroindústria, Agropecuária e Informática, e o local de residência dos estudantes, campo ou cidade, nota-se que uma

pequena quantidade de estudantes, apenas 14,32%, tem família residente no campo. Esses dados aplicam-se, inclusive, ao curso técnico em agropecuária. Os números negam a fala dos estudantes do grupo focal que destacaram que a maioria dos alunos deste curso o teria escolhido para trabalharem como técnicos na propriedade rural da família, ideia até hoje disseminada em relação aos alunos que frequentam esses cursos. Confrontando esses dados com as ideias de Cecchim e Vieira (2012) percebe-se um enfrentamento à antiga ideia de que as escolas técnicas agrícolas eram destinadas aos filhos dos produtores rurais. É importante salientar que os alunos pesquisados apresentam, hoje, características bastante diferentes do que durante muito tempo se acreditou que possuísem. Isso significa dizer que o público desta instituição de ensino pesquisada é, em sua grande maioria, ou seja, 85,68%, residente na cidade e não são filhos de produtores rurais.

Em relação à escolaridade dos pais dos estudantes, fica evidente que as mulheres têm mais anos de escolaridade do que os homens. Enquanto a maioria dos pais (pai) dos estudantes têm apenas o Ensino Fundamental incompleto, as mães possuem o Ensino Médio completo. Apenas 6,6% dos pais (pai) concluíram o Ensino Superior. Já em relação às mães dos estudantes, 12,4% concluíram este nível de ensino. Estes números corroboram os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2018) de que as mulheres são mais escolarizadas do que os homens. Ao publicar os indicadores sociais das mulheres no Brasil, o IBGE destaca a elevação dos níveis de escolaridade das mulheres nas últimas três décadas. Para a faixa etária de 18 a 24 anos, o percentual de mulheres na escola é superior ao dos homens em 2,5 pontos percentuais. A maior diferença percentual por sexo encontra-se no nível “superior completo”, especialmente entre as pessoas da faixa etária mais jovem, de 25 a 44 anos de idade, em que o percentual de homens que completou a graduação foi de 15,6%, enquanto o de mulheres atingiu 21,5%, indicador 37,9% superior ao dos homens (IBGE, 2018).

A grande maioria dos estudantes cursou o Ensino Fundamental integralmente em escola pública. Esses dados negam a ideia preconizada, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, de que os alunos mais abastados, principalmente os oriundos das

escolas primárias particulares, começaram a se adiantar para as escolas técnicas e que essas instituições se tornaram escolas da elite de *facto* (CASTRO, 2005).

O ENSINO MÉDIO INTEGRADO NA CONCEPÇÃO DOS SEUS SUJEITOS

As percepções dos estudantes do EMI levaram a algumas reflexões importantes que podem configurar-se como elementos essenciais de análise para a instituição.

A trajetória dos estudantes para o mundo adulto apresentou-se sob dois ângulos: aqueles que apontaram como maior motivação de escolha pelo EMI "dar prosseguimento aos seus estudos/cursar uma faculdade" e aqueles que optaram por esta modalidade de ensino, especialmente, para num futuro próximo, "entrar imediatamente no mundo do trabalho". Mais da metade dos estudantes disse que fazer uma faculdade após a conclusão do EMI é seu principal objetivo. Esses dados apontam uma tendência desses estudantes a darem continuidade aos seus estudos. Contudo, os resultados ainda provam que, mesmo que a maioria dos estudantes deseje entrar numa faculdade após a conclusão do curso, muitos querem fazê-lo conciliando estudo e trabalho. A pesquisa apontou que, para a maioria dos jovens pesquisados, o ingresso no ensino superior deverá vir acompanhado de sua entrada no mundo do trabalho. Isso demonstra que esta etapa da Educação Básica parece funcionar como um passaporte para o mercado de trabalho formal, sobretudo para os jovens oriundos de famílias de baixa renda (SOARES; CARVALHO; KIPNIS, 2003 apud MATTOS; CHAVES, 2010).

Um ensino de qualidade para esses adolescentes configura-se como uma luta em favor de uma concepção realista em que se unem dois elementos: a concepção de lei natural e a da participação ativa do homem na vida da natureza, isto é, em sua transformação segundo um objetivo que é a vida social dos homens. Ou seja, essa concepção unifica-se no trabalho, que se baseia sobre o conhecimento objetivo e exato das leis naturais para a criação da

sociedade dos homens (MANACORDA, 1990, p. 172 apud FERNANDES, 2012).

Os dados também mostram que, para um terço dos estudantes, o curso técnico foi preponderante para a escolha do EMI, inclusive metade deseja trabalhar na área do curso técnico que está cursando. Desta forma, não se pode negar a importância que conferem à formação técnica escolhida. Quando perguntados sobre o quanto o Ensino Médio (formação geral) foi um diferencial para a escolha pelo EMI, dois terços dos estudantes declararam que optaram pelo EMI principalmente pelo Ensino Médio, o que fortalece a ideia de que, se a instituição oferecesse apenas o Ensino Técnico na forma concomitante, provavelmente a grande maioria não cursaria. Isso reforça a ideia de um Ensino Médio Integrado que forme pelo trabalho e na vida, para o desempenho de todas as funções inerentes ao ser, garantindo aos sujeitos uma formação integral em todas as suas dimensões: espiritual, física, social, emocional, cultural, laboral, dentre outras.

Importante esclarecer que a concepção de Ensino Médio Integrado que conduz esta pesquisa considera uma ideia de formação humana ampla, capaz de enfrentar e romper, como salienta Frigotto (2005), com as dicotomias entre o geral e o específico, o politécnico e o técnico ou a educação básica e a técnica, heranças de uma concepção fragmentária e positivista da realidade humana. Nesse sentido, a separação aqui apresentada dos motivos que levaram os estudantes a optar pelo EMI é apenas metodológica, como forma de facilitar e ampliar o entendimento de fatores isolados de escolha, mas dentro de uma conjuntura de análise mais ampla.

A maioria desses sujeitos não almeja fazer uma faculdade na área do curso técnico que está cursando, o que mostra uma tendência de escolha por cursos superiores que nada ou muito pouco têm a ver com a sua formação técnica. Por isso, faz-se imperiosa uma educação profissional que ultrapasse os limites da educação estritamente técnica, mas que seja capaz de formar amplamente o cidadão do trabalho, para o trabalho, independente dos trajetos posteriores de escolarização que cada um irá traçar para a sua vida.

Desta maneira, elabora-se aqui uma consideração: os estudantes do EMI desse *campus* agrícola do IFNMG optaram por

esta modalidade de ensino principalmente pela formação geral, contudo, além de conferirem importância à formação técnica recebida, mostram-se muito satisfeitos com as aulas e professores da área técnica.

O fato de o *campus* ser próximo à residência dos estudantes parece não os ter influenciado a escolher a instituição. A maioria desses alunos escolheu o educandário por outros atributos que não incluem a proximidade de seus lares. Entretanto, o fato de ser uma instituição federal de ensino foi um grande motivador na escolha desses sujeitos.

Importante destacar, ainda, o quanto a reputação docente foi preponderante para a escolha dos estudantes pelo EMI. Em relação à avaliação que fazem da instituição de maneira geral, a maioria declarou estar satisfeita.

Dois terços dos estudantes demonstram estar satisfeitos com a política de assistência estudantil, principalmente com o internato/semi-internato ofertado pelo *campus* aos estudantes residentes em outras cidades, o que se mostra como um importante fator de permanência desses sujeitos na instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa procurou analisar a opção dos estudantes de um *campus* agrícola do IFNMG pelo Ensino Médio Integrado, evidenciando quais fatores foram preponderantes para a escolha por esta modalidade de ensino ainda tão merecedora de maiores esclarecimentos.

Analisar esses aspectos à luz das determinações da conjuntura educacional, econômica e política, buscando compreender, a partir das contradições evidenciadas nas falas dos seus sujeitos, a sua lógica, foi o objetivo deste trabalho. Para fazê-lo, tomou-se como referência a opinião daqueles que são os principais interessados no entendimento mais alargado das questões implícitas ao EMI: os estudantes que acessam os cursos desta natureza.

O Ensino Médio ainda é entendido por uma dupla concepção que o evidencia. Para Kuenzer (1997) é esta dupla função — preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do

trabalho — que lhe confere ambiguidade, uma vez que essa não é uma questão apenas pedagógica, mas política, determinada pelas mudanças nas bases materiais de produção, a partir do que se define a cada época, uma relação peculiar entre trabalho e educação.

Buscou-se, com este público, mostrar que os estudantes são sujeitos de direito no Ensino Médio. Nesse sentido, Brutti (2004) acredita que nessa concepção de sujeito de direito não se quer dizer, tão só, sujeito a quem se atribuem faculdades subjetivas em relação a um ordenamento positivo que está à disposição de todos. Quer-se, isto sim, considerá-lo um ser em desenvolvimento, cujas percepções sensoriais captaram e acumularam experiências, ao longo de sua tenra existência, a ponto de formá-lo um ser ímpar. E é, deste modo, como ser sem igual, que deve ser tratado.

As etapas desta pesquisa (grupo focal e questionário estruturado) foram essenciais na compreensão do que desejam estes sujeitos e quais são as representações que constroem da instituição, do curso, de seus professores, colegas e o que almejam para o futuro, etapa ainda tão incerta para a maioria desses adolescentes.

As percepções dos estudantes do EMI da instituição pesquisada levaram a algumas reflexões importantes que podem configurar-se como elementos essenciais de análise para este educandário.

A partir das etapas da pesquisa, pode-se traçar um perfil geral dos estudantes do EMI na instituição, além de conhecer suas concepções sobre a instituição e curso, seus trajetos anteriores de escolarização, suas experiências estudantis e laborais e suas perspectivas para o futuro. Procurou-se, ainda, entender se o EMI neste *campus* tem cumprido com o seu papel de formar amplamente os seus alunos, assim como preconiza a sua concepção.

Assim, com os resultados desta pesquisa, depreende-se que muito ainda deve ser feito pela instituição a fim de que se conheça a realidade dos seus estudantes para que se possa formá-los na vida pelo trabalho. Contudo, já se pode notar sinalizações positivas dos adolescentes em relação às concepções que têm da instituição e do curso. Exigir que estes sujeitos saibam exatamente o que querem para um futuro próximo pode não ser o melhor caminho. Mas, será através

da interpretação de suas contradições e imaturidades que se poderá chegar mais próximo desses sujeitos.

Imbuídos de um espírito de luta por um Ensino Médio que seja verdadeiramente integrado e, motivados pelo pensamento de Ramos (2005), acreditemos na capacidade coletiva e aguerrida de defender ideias e de propor a construção de novas possibilidades. O novo nasce do velho, daquilo que sabemos. A fórmula não existe e o pronto nunca existirá.

Ramos (2005) afirma que não há dúvida de que há duas lutas que se complementam na realidade brasileira. Uma é a da educação, no sentido de uma reconstrução completa de suas concepções, de suas finalidades, a serem comprometidas com a classe trabalhadora. A finalidade da educação não deve ser a formação “para”, seja “para o mercado de trabalho” ou “para a vida”. É formação pelo trabalho e na vida. A outra luta é a questão do trabalho como necessidade e meio de produzir a existência.

Espera-se que os resultados encontrados nesta pesquisa possam ser úteis à instituição pesquisada no sentido de subsidiar estudos prospectivos acerca do Ensino Médio Integrado considerando o entendimento daqueles que são os verdadeiros sujeitos desta modalidade de ensino. Pretendeu-se, desde o início, dar voz aos estudantes e enxergar o EMI sob a ótica de quem se beneficia diretamente desta política.

Entender esta modalidade de ensino faz-se imperioso no sentido de abandonar visões, muitas vezes superficiais, de Ensino Médio Integrado. Acredita-se que, partindo dos principais interessados, que são os estudantes que se beneficiam desta política educacional, estejamos na direção do clareamento das ideias capazes de construir um novo momento para aqueles que optaram, seja qual for o motivo, por um Ensino Médio do trabalho, na visão mais profunda que esta palavra pode alcançar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o parágrafo 2 do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da

educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 7-760, 18. abr. 1997.

BRASIL. Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9394 de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, p. 18, 24 jul. 2004.

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB**: Lei n. 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

BRUTTI, Roger Spode. A escola, o sujeito e o direito. **Boletim Jurídico**, Uberaba, n. 101, nov. 2004. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=409>. Acesso em: 03 ago. 2013.

CARDOZO, Maria José Pires Barros. **Ensino médio integrado à educação profissional limites e possibilidades**. Trabalho apresentado na 31ª Reunião Anual da Anped 2013. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/31ra/1trabalho/GT09-3976--Int.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2013.

CASTRO, Cláudio de Moura. Educação técnica: a crônica de um casamento turbulento. In: SCHWARTZMAN, Simon; BROCK, Colin (Orgs.). **Os desafios da educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005. p. 153-180.

CASTRO, Michele Corrêa de; RIOS, Valdir Lemos. Escola e educação em Gramsci. **Revista de Iniciação Científica da FFC da Unesp**, Marília, v. 7, n. 3, p. 221-228, 2007.

CECCHIM, Raul; VIEIRA, Marilandi Maria Mascarello. O curso técnico em agropecuária: histórico e perfil dos alunos e egressos. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL, I., FÓRUM DE EDUCAÇÃO DO CAMPO DA REGIÃO SUL DO RS: campo e cidade em busca de caminhos comuns, I., 2012, Pelotas. **Anais** [...] Pelotas: IFRS, 2012. p. 1-12. Disponível em: <http://www.vanessanogueira.info/sifedoc/Anais/Eixo%2004/Raul%20Cecchin%20e%20Marilandi%20Maria%20Mascarello%20Vieira.pdf>. Acesso em: 17 jul. 2013.

FERNANDES, Maria Clara A. C. Uma educação para além do capital é uma educação para além do trabalho? Princípio educativo em Gramsci e Mészáros. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL MARX ENGELS, 7., 2012, Campinas. **Anais** [...] Campinas: Unicamp, 2012. Disponível em:

http://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2012/trabalhos/Maria%20Fernandes.pdf. Acesso em: 22 jul. 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e o ensino médio. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; RAMOS, Marise; CIAVATTA, Maria. **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Estudos e Pesquisas. **Informação Demográfica e Socioeconômica**, n. 38, 2018. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101551_informativo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2021.

KUENZER, Acácia Zeneida (Org.). **O ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

KUENZER, Acácia Zeneida. Exclusão includente e inclusão excludente: a nova forma de dualidade estrutural que objetiva as novas relações entre trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. **Capitalismo, trabalho e educação**. 3. ed. Campinas, SP: Autores associados, HISTEDBR, 2005.

KUENZER, Acácia Zeneida. O ensino médio no contexto das políticas públicas de educação no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 4, abr. 1997. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24781997000100007&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 17 nov. 2012.

MARX, Karl. Proudhon. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. Lisboa: Presença, 1979.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A sagrada família**. Lisboa: Presença, 1979.

MATTOS, Elsa de; CHAVES, Antônio Marcos. Trabalho e escola: é possível conciliar? A perspectiva de jovens aprendizes baianos.

Psicologia Ciência e Profissão, Brasília, v. 30, n. 3, set. 2010.

Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932010000300008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 ago. 2013.

RAMOS, Marise N. Concepção do ensino médio integrado à educação profissional. In: RAMOS, Marise N. **O ensino médio integrado à educação profissional: concepções e construções a partir da implantação na Rede Pública Estadual do Paraná**. Curitiba, SEED: 2007.

RAMOS, Marise N. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO, G.; RAMOS, M. N.; CIAVATTA, M.

Ensino médio integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2005.

SIMÕES, Carlos Artexes. **Juventude e Educação Técnica: a experiência na formação de jovens trabalhadores da Escola Estadual Prof. Horácio Macedo/CEFET-RJ**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 2007.

Recebido em: *Junho/2021*.

Aprovado em: *Dezembro/2021*.